



**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

EMENDA Nº / 2025

Modifica a Meta 12.6 do Objetivo 12 do Anexo I do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2614, de 2024.

Art 1. A Meta 12.6 do Objetivo 12 do Anexo do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Estratégia 12.6. Estabelecer incentivos governamentais e fomentar parcerias **entre instituições credenciadas de educação profissional, preferencialmente públicas, com órgãos estaduais, distrital e municipais responsáveis pela modalidade entre instituições públicas de educação profissional e tecnológica com Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de educação para ampliar a oferta em áreas sub-atendidas, considerando as particularidades culturais e os contextos de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 28/10/2025 10:47:50.527 - PL261424
ESB 1039/2025 PL261424 => SBT 1 PL261424 => PL 2614/2025

ESB n.1039/2025

de ampliar as oportunidades de acesso a essa modalidade, inclusive no período noturno, em especial para as populações negra, indígena, quilombola, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e público-alvo da educação especial.

JUSTIFICATIVA

A mudança do texto original para o substitutivo é profundamente problemática por três razões fundamentais:

1. Abertura perigosa para a transferência inadequada (e irregular) de recursos públicos para o setor privado: A substituição de "instituições públicas de educação profissional" por "instituições credenciadas de educação profissional, preferencialmente públicas" representa um grave retrocesso. O termo "credenciadas" inclui automaticamente instituições privadas, enquanto o advérbio "preferencialmente" torna a prioridade ao setor público mera recomendação, não obrigação. Isso cria um canal direto para o desvio de recursos públicos para o setor privado através de parcerias e convênios, fragilizando o sistema público de ensino.
2. Fragilização do regime de colaboração: A alteração de "Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de educação" para "órgãos estaduais, distrital e municipais responsáveis pela modalidade" desarticula a necessária integração entre as políticas de educação profissional e a rede regular de ensino. Essa redação permite que a execução se dê através de órgãos paralelos, muitas



* C D 2 5 1 8 3 6 6 0 7 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 28/10/2025 10:47:50.527 - PL261424
ESB 1039/2025 PL261424 => SBT 1 PL261424 => PL 2614/2025

ESB n.1039/2025

vezes terceirizados, rompendo o fluxo orgânico com as secretarias de educação e dificultando o planejamento educacional integrado.

3. Desresponsabilização do poder público: O texto substitutivo transfere para entidades privadas a responsabilidade pela oferta educacional que deveria ser cumprida prioritariamente pela rede pública. Em vez de fortalecer as instituições públicas existentes, a nova redação estimula a criação de convênios com o setor privado, onerando os cofres públicos sem garantir a devida contrapartida social e qualidade educacional.

Esta alteração representa, portanto, um claro movimento de desmonte da educação pública profissional e tecnológica, contrariando o princípio constitucional da gestão democrática e da educação como direito social, como responsabilidade do Estado.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de outubro de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE

Deputada Federal - PSOL/SP

